

Solicita orientação acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais

Segunda, Novembro 07, 2022 09:08 -03



Thiago Cristiano Serafim

thiagoserafim@santaluzia.mg.gov.br

Para

[diretoria.fundiaria](#)

Prezados(a),

Meu nome é Thiago Serafim, Arquiteto e Urbanista do município de Santa Luzia / MG e gostaria de obter algumas orientações acerca da aplicação da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Destaco que este email foi informado para orientação conforme OFÍCIO Nº 77053/2022/SR(MG)/SR(MG)/INCRA-INCR, anexo a este email.

A seguir, um breve relato sobre o tema:

Em 05 de Outubro de 1988 foi promulgada a Constituição Federal da República Federativa do Brasil que dispõe no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que *aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.*

Em 27 de junho de 1989 foi adotada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

Em 25 de julho de 2003 passou a vigorar a mencionada OIT no Brasil, conforme disposto nos preâmbulos do Decreto 5.051 de 19 de Abril de 2004.

Em 20 de novembro de 2003 foi publicado o Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Em 22 de Dezembro de 2021 foi publicada a Instrução Normativa INCRA 111/2021 que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem terras quilombolas.

A dúvida está na aplicação da OIT 169 x IN INCRA 111/2021. Aduz a OIT 169 que:

Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) **consultar os povos interessados**, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, **cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;** [...]

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Fundamentada nesta normativa foram editados alguns protocolos de consultas a comunidades quilombolas como o Protocolo de Consultas às Comunidades Quilombolas do Paraná^[1], Protocolo de Consulta - Quilombos de Gíria de São Lourenço^[2] e Protocolo de Consultas Quilombola^[3].

Em todos os casos, as comunidades afetadas participaram da elaboração do documento e, em cada caso, é definida pela própria comunidade o rito procedimental de consulta a que faz referência o art.6 da OIT 169.

Entretanto, no entendimento dos técnicos desta secretaria, os arts. 7º e 8º da IN INCRA 111/2021 **avoca prerrogativas das comunidades afetadas**. A seguir, a transcrição dos arts. mencionados:

Art. 7º Identificada terra quilombola na Área de Influência Direta - AID do empreendimento, o Incra, sob orientação do órgão licenciador, estabelecerá contato com os integrantes da comunidade a fim de organizar as oitivas.

Art. 8º Adotadas todas as providências visando à realização de oitiva das comunidades quilombolas e esta não se efetivar por motivos alheios à responsabilidade da Autarquia ou do empreendedor, o Incra manifestar-se-á com relação aos produtos apresentados, registrando a ausência de oitiva

Destaca-se que a manifestação do INCRA, nos termo da IN INCRA 111/2021 ocorrerá apenas para os casos listados no art. 2º, que são:

Art. 2º [...]

I - localizados nas terras quilombolas a que se refere o inciso XIII do art. 2º da Portaria Interministerial nº 60/MMA/MJ/MC/MS, de 24 de março de 2015; e

II - que possam ocasionar impacto socioambiental, econômico e cultural direto, nas áreas mencionadas no inciso I, considerados os limites estabelecidos pelo Anexo I da Portaria Interministerial nº 60/MMA/MJ/MC/MS, de 24 de março de 2015.

Sobre a Portaria Interministerial nº 60/MMA/MJ/MC/MS, citado no fragmento acima transcrito, convém transcrever os excertos abaixo:

Art. 2o Para os fins desta Portaria entende-se por:

[...]

IX - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação- RTID -documento que identifica e delimita o território quilombola a partir de informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, ecológicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, conforme disposto em Instrução Normativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA
*XIII - **terra quilombola:** área ocupada por remanescentes das comunidades dos quilombos, **que tenha sido reconhecida por RTID devidamente publicado.***

Art. 3o No início do procedimento de licenciamento ambiental, o IBAMA deverá, na FCA, solicitar informações do empreendedor sobre possíveis intervenções em terra indígena, em terra quilombola, em bens culturais acautelados e em áreas ou regiões de risco ou endêmicas para malária

[...]

*II -em terra quilombola, quando a atividade ou o empreendimento submetido ao licenciamento ambiental localizar-se em **terra quilombola** ou apresentar elementos que possam ocasionar impacto socioambiental direto na terra quilombola, respeitados os limites do Anexo I*

A questão jurídica acima descrita se relaciona com os seguintes casos concretos:

- A. Emissão de documentos autorizativos no entorno do Cemitério dos Escravos, em Santa Luzia / MG, espaço utilizado para práticas religiosas da comunidade de Pinhões e que teve o Dossiê de Tombamento inscrito no Livro de Tombo sob número de ordem CCXXIII em 04 de Novembro de 2008
- B. Aprovação da alteração do Plano Diretor uma vez que haverá alteração de parâmetros urbanísticos e edifícios em todos os quilombos situados em Santa Luzia, além dos espaços por eles utilizados.

Abaixo, algumas dúvidas:

- 1. O município pode (ou deve) adotar o conceito de terra quilombola, antes da titulação pelo INCRA, disposta no inciso XIII do art. 2º da Portaria Interministerial Nº 60, de 24 de março de 2015 ?
- 2. A comunidade quilombola de Pinhões, reconhecida como autodefinida como remanescente de quilombo, nos termos da Portaria da Fundação Palmares 134/2017, está em processo de titulação fundiária no INCRA (SEI INCRA 54170.004814/2017-47). Esta comunidade tem legitimidade jurídica para reivindicar a aplicação da consulta prévia disposta nos arts. 6º e 7º da Convenção OIT 169, considerando o que colocam especialmente os arts. 1º, 3º, 6º, 18 do Decreto 4887/03?

2.1. Caso a resposta do item anterior seja positiva, deverá ser elaborado um Protocolo de Consultas, como nos exemplos citados?

2.2. Caso a resposta do item anterior seja positiva, pode alguma organização da sociedade civil atuar como interlocutora

entre o Executivo e a comunidade afetada?

Agradeço imensamente a atenção dispensada

--

Atenciosamente,

Thiago Cristiano Serafim

Arquiteto e Urbanista | [Secretaria Municipal de Cultura e Turismo](#)

thiagoserafim@santaluzia.mg.gov.br (31) 3649-7924

Oficio_14547587.html

1.6 MiB

